

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2025

DENOMINAÇÃO: ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA ZONA DAS FONTAÍNHAS

MORADA: Rua do Sol, 14

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA: Sé

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4000- 527

(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: 06/03/2026

30/03/2026

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Severina das Neves Rodrigues
Marta Raquel Lopes Pereira Costa
David Oliveira da Silva Ferrada
Carla Stevanetes Ayres Rodrigues
Anora Caudide Neves Rodrigues

Alfude de Jesus Pires

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DA ZONA DAS FONTAÍNHAS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 501634541

Moeda: (valores em euros)

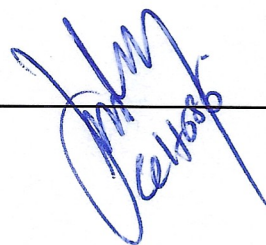
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-25	31-dez-24
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	27 519,42	11 529,93
Ativos intangíveis	5	85,41	0,00
Investimentos financeiros	6	1 342,21	1 445,64
		28 947,04	12 975,57
Ativo corrente			
Inventários	7	0,00	15,17
Estado e outros entes públicos	12.5	104,40	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.6	82,00	91,50
Diferimentos	12.1	1 724,12	1 047,40
Caixa e depósitos bancários	12.2	54 305,32	68 490,86
		56 215,84	69 644,93
Total do ativo		85 162,88	82 620,50
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.3	10 748,25	10 748,25
Resultados transitados	12.3	61 584,66	50 655,49
		72 332,91	61 403,74
Resultado líquido do período		381,30	10 929,17
Total dos fundos patrimoniais		72 714,21	72 332,91
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.4	244,48	105,49
Estado e outros entes públicos	12.5	1 638,31	1 273,51
Diferimentos	12.1	6,50	0,00
Outros passivos correntes	12.7	10 559,38	8 908,59
		12 448,67	10 287,59
Total do passivo		12 448,67	10 287,59
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		85 162,88	82 620,50

A Direção

O Contabilista Certificado

Sandra das Neves Rodrigues
Marta Raquel Lopes Pereira Coelho

Daniela Olimaria Silva Bernardino
Carla Esterudes dos Reis Rodrigues
Aurora Candida Neves Rodrigues



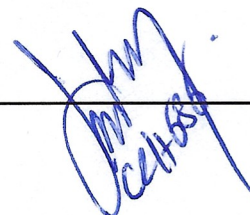
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	8	102 251,60	101 425,29
Subsídios, doações e legados à exploração	12.8	13 411,69	12 240,27
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-8 237,07	-7 014,52
Fornecimentos e serviços externos	12.9	-22 241,85	-10 034,77
Gastos com o pessoal	10	-79 137,26	-70 672,98
Outros gastos	12.10	-241,43	-11 642,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 805,68	14 301,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 / 5	-5 424,38	-3 372,03
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		381,30	10 929,17
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		381,30	10 929,17
Resultado líquido do período		381,30	10 929,17

A Direção

O Contabilista Certificado

Sandra das Neves Rodrigues
 Maria Raquel Lopes Pereira Assis

Duarte D'Almeida Silva Bernardes
 Carlos Alexandre dos Santos Rodrigues
 Aurora Caudide Neves Rodrigues



ASSOCIAÇÃO SOLIDARIEDADE DA ZONA DAS FONTAÍNHAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

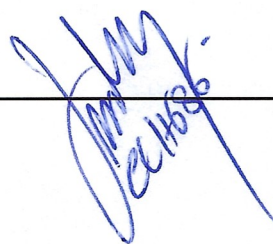
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		102 251,60	101 425,29
Pagamentos a fornecedores		-27 029,61	-12 133,38
Pagamentos ao pessoal		-54 284,18	-49 504,76
Caixa gerada pelas operações		20 937,81	39 787,15
Outros recebimentos/pagamentos		-14 169,66	-31 938,50
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		6 768,15	7 848,65
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-21 503,69	-2 796,49
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-21 503,69	-2 796,49
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		550,00	7 240,27
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		550,00	7 240,27
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-14 185,54	12 292,43
Caixa e seus equivalentes no início do período		68 490,86	56 198,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.2	54 305,32	68 490,86

A Direção

O Contabilista Certificado

Sandra das Neves Rodrigues
Martha Raquel Lopes Pereira Assis
Denise Oliveira Silva Barros
Carla Alexandra Cruz Rodrigues
Anore Candida Neves Rodrigues



ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DA ZONA DAS FONTAINHAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 501634541

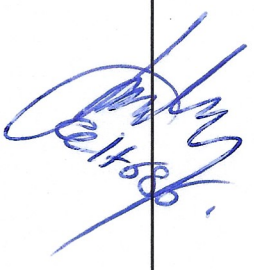
Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	CATL	PERÍODOS	
			2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	102 251,60	102 251,60	101 425,29
Custo das vendas e dos serviços prestados	7 / 10	-87 374,33	-87 374,33	-77 687,50
Resultado Bruto		14 877,27	14 877,27	23 737,79
Subsídios, doações e legados à exploração	12.8	13 411,69	13 411,69	12 240,27
Gastos administrativos	4 / 5 / 12.9	-27 666,23	-27 666,23	-13 406,80
Outros gastos	12.10	-241,43	-241,43	-11 642,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		381,30	381,30	10 929,17
Resultado antes de impostos		381,30	381,30	10 929,17
Resultado líquido do período		381,30	381,30	10 929,17

A Direção

O Contabilista Certificado

Sandra dos Neves Rodrigues
Maria Raquel Lopes Ferreira dos Reis



David Oliveira Silva Bernardes
Carla Alexandra dos Reis Rodrigues
Ana Carolina Mendes Rodrigues

**ASSOCIAÇÃO DE
SOLIDARIEDADE DA ZONA DAS
FONTAÍNHAS**

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2025

Índice

1	<i>Identificação da Entidade</i>	3
2	<i>Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras</i>	3
3	<i>Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros</i>	4
3.1	<i>Bases de Apresentação</i>	4
3.2	<i>Políticas de Reconhecimento e Mensuração</i>	6
4	<i>Ativos Fixos Tangíveis</i>	10
5	<i>Ativos Intangíveis</i>	10
6	<i>Investimentos Financeiros</i>	11
7	<i>Inventários</i>	11
8	<i>Rédito</i>	12
9	<i>Subsídios do Governo e apoios do Governo</i>	12
10	<i>Benefícios dos empregados</i>	12
11	<i>Divulgações exigidas por outros diplomas legais</i>	12
12	<i>Outras Informações</i>	13
12.1	<i>Diferimentos</i>	13
12.2	<i>Caixa e Depósitos Bancários</i>	13
12.3	<i>Fundos Patrimoniais</i>	13
12.4	<i>Fornecedores</i>	14
12.5	<i>Estado e Outros Entes Públicos</i>	14
12.6	<i>Fundadores/Beneméritos/Doadores/Associados/Membros</i>	14
12.7	<i>Outros Passivos Correntes</i>	14
12.8	<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i>	15
12.9	<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	15
12.10	<i>Outros gastos</i>	15
12.11	<i>Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados</i>	15
12.12	<i>Acontecimentos após data de Balanço</i>	16

1 Identificação da Entidade

A Associação de Solidariedade da Zona das Fontainhas, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, que se encontra registada na Direção Geral da Segurança Social sob a forma de associação, sem fins lucrativos, regida pelas disposições da lei aplicável. O registo foi lavrado pela inscrição n.º 31/2004, de fl. 43 v.º a fl. 44 do livro n.º 10 das associações de solidariedade social, efetuado em 11 de Novembro de 2003. A associação tem a sua sede na Rua do Sol, número catorze, da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, concelho do Porto, distrito do Porto e o seu o seu âmbito de ação abrange o distrito do Porto.

1. A Associação de Solidariedade da Zona das Fontainhas tem por objetivos:

- Apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- Apoio à família;
- c) Apoio à integração social e comunitária.

2. Secundariamente, a associação propõe-se a desenvolver os seguintes objetivos:

- Promoção social, recreativa, desportiva e cultural;
- Atividades de índole desportiva, recreativa e cultural;
- Defesa dos interesses dos associados.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DA ZONA DAS FONTAÍNHAS
NIF: 501 634 541
Rua do Sol, nº 14
4000-527 Porto

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras.

6
D
R
10
Q

Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT foram profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem

com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Diminuições	31-12-2025
Equipamento Básico	5 704,13	622,07		6 326,20
Equipamento de Transporte	2 300,00	19 900,00		22 200,00
Equipamento Administrativo	17 019,53	877,22		17 896,75
Outros Activos Fixos Tangíveis	6 704,93	0,00		6 704,93
Ativo Tangível Bruto	31 728,59	21 399,29	0,00	53 127,88
Depreciações Acumuladas				
Equipamento Básico	4 685,58	952,56		5 638,14
Equipamento de Transporte	2 300,00	1 042,35		3 342,35
Equipamento Administrativo	10 286,65	2 953,55		13 240,20
Outros Activos Fixos Tangíveis	2 926,43	461,34		3 387,77
Depreciações Acumuladas	20 198,66	5 409,80	0,00	25 608,46
Ativo Tangível Líquido	11 529,93	15 989,49	0,00	27 519,42

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Diminuições	31-12-2025
Programas de Computador	0,00	99,99		99,99
Activo Intangível Bruto	0,00	99,99	0,00	99,99
Depreciações Acumuladas				
Programas de Computador	0,00		14,58	-14,58
Depreciações Acumuladas	0,00	0,00	14,58	-14,58
Ativo Intangível Líquido	0,00	99,99	-14,58	85,41

6 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2025, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Outros investimentos Financeiros		
FCT	1 342,21	1 342,21
FRFF	0,00	103,43
Total	1 342,21	1 445,64

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	0,00	15,17
Total	0,00	15,17

No que concerne à quantia de "Inventários" reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2025	2024
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	15,17	14,03
Compras	655,16	606,45
Doações	7 566,74	6 409,21
Saldo Final	0,00	15,17
Gastos do Período	8 237,07	7 014,52

8 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
Prestação de Serviços		
Quotas do Utilizadores	38 170,77	37 233,03
Quotas e Jóias	313,53	536,50
ISS. IP - Acordo Cooperação	63 767,30	63 655,76
Total	102 251,60	101 425,29

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2025			2024		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP - Dotação	não reembolsável			63 767,30			63 655,76
JF Cedofeita	não reembolsável			5 000,00			5 000,00
Total		0,00	0,00	68 767,30	0,00	0,00	68 655,76

10 Benefícios dos empregados

Em 2025 e 2024 são onze os membros que compõem os órgãos sociais.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2024 e de 2025 foi de 5.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao Pessoal	63 746,93	57 901,38
Encargos Sobre as Remunerações	13 052,84	11 946,42
Seguros de Acidentes no Trabalho	807,09	715,18
Outros Gastos com o Pessoal	1 530,40	110,00
Total	79 137,26	70 672,98

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos :

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 724,12	898,40
Rendas	0,00	36,88
Outros	0,00	112,12
Total	1 724,12	1 047,40
Rendimentos a Reconhecer		
Quotas	6,50	0,00
Total	6,50	0,00

12.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	798,20	2 004,68
Depósitos à Ordem	53 507,12	66 486,18
Total	54 305,32	68 490,86

12.3 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	10 748,25			10 748,25
Resultados Transitados	50 655,49	10 929,17		61 584,66
Total	61 403,74	10 929,17	0,00	72 332,91

RZ

D

10

Q

12.4 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c		
Fornecedores	244,48	105,49
Total	244,48	105,49

12.5 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
IVA - restituição	104,40	0,00
Total	104,40	0,00
Passivo		
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	220,00	119,00
Segurança Social	1 418,31	1 154,51
Total	1 638,31	1 273,51

12.6 Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Quotas Associados	82,00	91,50
Total	82,00	91,50

12.7 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos				
Remunerações a Liquidar		10 559,38		8 783,59
Adiantamentos Utentes		0,00		88,12
Outros (Município do Porto)		0,00		36,88
Total	0,00	10 559,38	0,00	8 908,59

12.8 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios das Entidades Públicas	5 000,00	5 000,00
Doações e Heranças - Donativos	8 411,69	7 240,27
Total	13 411,69	12 240,27

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.9 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços Especializados	7 211,42	6 737,60
Materiais	1 843,62	1 286,77
Energia e Fluidos	220,00	140,01
Deslocações, Estadas e Transportes	18,60	0,00
Serviços Diversos	12 918,53	1 870,39
Encargos com Utentes	29,68	0,00
Total	22 241,85	10 034,77

12.10 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	27,00	0,00
Outros Gastos	214,43	11 642,09
Total	241,43	11 642,09

12.11 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes da resposta social, durante o ano de 2025, foi de 60.

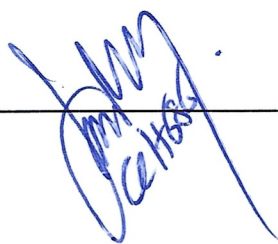
12.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas

Porto, 04 de Março de 2026

O Contabilista Certificado



A Direção

Sandra das Neves Rodrigues
Marta Raquel Lopes Pereira Castro
Dimitri Oliveira Silva Bernardo
Carla Alexandra dos Reis Rodrigues
Aurora Cândida Neves Rodrigues